

**EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NO MOVIMENTO DOS SEM TERRA: UMA
PROPOSTA FUNDAMENTADA EM PAULO FREIRE**

Juliano André Kreutz¹

Carolina Pereira Lobato²

Maria Helena Gehlen Saurin³

Vivemos num mundo marcado por injustiças e desigualdades, que supervaloriza o *ter* em detrimento do *ser*, sobrepõe o lucro às pessoas, fomenta o individualismo, nega a coletividade e a solidariedade, impõe restrições ao pleno desenvolvimento humano, privilegiando poucos socialmente. Neste contexto, a luta integrada dos oprimidos em busca de sua libertação é fator imprescindível para a mudança. O Movimento dos Sem Terra constitui-se força significativa das massas populares exploradas e marginalizadas em busca de dignidade, de um mundo melhor – justo, solidário, humanizado. Acreditamos que a enfermagem, preocupando-se com as questões de saúde, deve co-laborar no fortalecimento e na continuidade da luta pelas relevantes causas firmadas por movimentos como o MST. Entendemos que saúde é resultante das condições de vida e de que, nos acampamentos dos trabalhadores sem terra, a situação é insalubre. Assim, estamos construindo uma proposta de trabalho, integrando saúde, educação e movimentos sociais, com o objetivo de conhecer a realidade em que vivem integrantes de acampamentos do MST, a fim de buscar, com os acampados, alternativas de enfrentamento e superação dos problemas de saúde verificados, desenvolvendo uma práxis que co-labore na transformação do seu contexto sócio-cultural. Assim, fundamentaremos este trabalho de pesquisa-ação em Freire (1987, 1989, 2000, 2001), em suas propostas de pedagogia dos oprimidos, problematizadora, em busca da libertação dos homens. Integraremos a estas leituras as de autores como Gadotti (1982, 1998), Fleuri (1992), Demo (1996), Teles (1992) e Maclaren (1998). Reforçada a consciência de que a mudança da injusta realidade em que vivemos é possível e depende dos homens, seres históricos, não podemos mais nos eximir da luta esperançosa e crítica pela transformação humanizadora da enfermagem, da saúde, do mundo. Devemos ser seres responsáveis e comprometidos com a nossa sociedade, com a natureza, com o universo. Problematizemos o nosso “estar no mundo” para que se torne um “ser com o mundo” e estaremos imortalizando Paulo Freire e sua obra.

¹Autor e relator. Acadêmico de Enfermagem – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS

²Autora. Acadêmica de Enfermagem – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS

³Orientadora. Enfermeira, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, professora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS.

**EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NO MOVIMENTO DOS SEM TERRA: UMA
PROPOSTA FUNDAMENTADA EM PAULO FREIRE**

*Juliano André Kreutz¹
Carolina Pereira Lobato²
Maria Helena Gehlen Saurin³*

Num contexto social de injustiças, desigualdades, de exploração e opressão do homem pelo próprio homem, a luta integrada dos oprimidos em busca de sua libertação é fator imprescindível para a mudança (Freire, 2001).

O Movimento dos Sem-Terra constitui-se força significativa das massas populares exploradas e marginalizadas em busca de dignidade, de um mundo melhor – justo, solidário, humanizado.

A história deste movimento têm sido de muita luta e de enfrentamento de infindáveis dificuldades. Sua existência é marcada por superações diárias de problemas e sofrimentos em busca da sobrevivência, em vista de uma nova sociedade. Clamores pela adesão de novos colaboradores nesta importante luta ecoam constantemente.

Aqueles que não se conformam com este mundo injusto e desumano devem engajar-se nesses movimentos que contestam todas as formas de dominação e opressão do homem e buscam a sua emancipação. Neste contexto, os profissionais, ao se apropriarem do patrimônio cultural da humanidade, devem assumir um compromisso diferenciado com estes movimentos, reconhecendo a responsabilidade que lhes cabe na transformação da realidade (Freire, 1989).

Assim, acreditamos que a enfermagem deve co-laborar no fortalecimento e na continuidade da luta pelas relevantes causas firmadas por movimentos como o MST. Sua

¹Autor e relator. Acadêmico de Enfermagem – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS

²Autora. Acadêmica de Enfermagem – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS

³Orientadora. Enfermeira, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, professora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS.

contribuição deve ser relacionada às questões de saúde, em torno das quais desenvolve o cuidado, essência da profissão.

Considerando que “quanto mais me capacito como profissional (...) mais aumenta minha responsabilidade com os homens” (Freire, 1989), propomo-nos conhecer a realidade em que vivem os integrantes de acampamentos do MST para buscar, com os acampados, alternativas de enfrentamento e superação dos problemas de saúde verificados em seu contexto sócio-cultural.

Defendendo saúde como “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde” (Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde), preocupamo-nos e comprometemo-nos com o enfrentamento dos problemas das populações mais pobres, as quais se defrontam com condições de vida precárias.

Acreditamos que nos acampamentos do MST a situação é insalubre. Desta forma, justificamos a necessidade de conhecer o contexto sócio-cultural em que vivem os acampados para, com eles, construir alternativas em busca da superação dos problemas verificados. Esta atitude fundamenta-se em Freire (2001), definindo como o primeiro momento de uma pedagogia do oprimido, em busca da libertação dos homens, o desvelamento da realidade, assumindo assim um compromisso com a transformação.

Sentimos que a formação e a produção científica acadêmicas encontram-se distanciadas da realidade das pessoas, onde os problemas acontecem e devem ser combatidos. Parece haver pouca preocupação com as questões de saúde coletiva, com a procura e o enfrentamento das origens e razões dos problemas de saúde da população. Assim, justificamos este trabalho pela necessidade de pensar a prática na prática (Freire, 1987), de vincular pesquisa e ação, em busca da mudança.

Este se constitui num projeto em construção, que ao buscar, com os trabalhadores sem-terra, alternativas de promoção, proteção e recuperação de sua saúde, respeitando suas condições sócio-econômico-culturais, tem como objetivo proporcionar espaços de diálogo crítico e reflexivo com os mesmos, com o intuito de problematizar sua realidade sanitária e despertar uma consciência crítica em relação à mesma, que implique numa práxis emancipatória e libertadora dos trabalhadores, transformadora da realidade.

Para tal, nossa proposta constitui-se no desenvolvimento de uma investigação da realidade em que vivem os integrantes de acampamentos do MST, através de encontros de

diálogo com os mesmos, bem como, da observação de suas condições de vida para, com eles, através de um processo educativo dialógico e libertador, construir alternativas de enfrentamento e superação dos problemas de saúde verificados.

Neste termos, a nossa revisão da literatura sustenta-se em Freire, em suas propostas de pedagogia dos oprimidos, problematizadora, em busca da libertação dos homens. Esta sustentará a prática da pesquisa e, pela intercomunicação dialógica de seus sujeitos, serão criados e recriados conceitos, redefinidas práticas e ações, sendo complementada e inter-relacionada com a nossa leitura da realidade.

O papel da educação na luta pela transformação social é enfatizado por Freire (1987, 1989, 2000, 2001) e autores como Gadotti (1982, 1998), Fleuri (1992), Demo (1996), Teles (1992) e Maclaren (1998).

Estes autores destacam que sendo o contexto sócio-cultural contemporâneo marcado por injustiças e desigualdades, supervalorizando o *ter* em detrimento do *ser*, sobrepondo o lucro às pessoas, fomentando o individualismo, negando a coletividade e a solidariedade, impõe restrições ao pleno desenvolvimento humano e, portanto, da saúde da maioria, privilegiando socialmente um pequeno grupo.

Neste sentido, ressaltam que desvelar a totalidade histórica contemporânea é imprescindível. Devemos denunciar as contradições do nosso mundo, enquanto anunciamos um outro mundo possível.

Numa sociedade de opressores e oprimidos, classes dominantes e exploradas, as lutas devem concentrar-se na busca da solidariedade, da equidade e da justiça entre os homens. A transformação do paradigma hegemônico é necessária e urgente.

A construção deste novo mundo se dará pela intervenção criativa, inovadora e libertadora na realidade atual. Para tanto, é necessária uma inserção crítica neste contexto, que implica, necessariamente, numa práxis transformadora. Esta inserção crítica depende da conscientização das massas oprimidas, que devem operar a mudança necessária. A educação, neste sentido, desempenha um papel fundamental, enquanto processo de problematização da realidade, conscientização, libertação e emancipação dos homens.

Demo (1996) afirma que a construção de uma sociedade solidária e com capacidade de inovação e recriação passa pela constante reconstrução, pela socialização do conhecimento e por uma educação emancipatória. À educação e ao conhecimento são conferidos papéis essenciais na transformação social, desde que primem pela formação da capacidade crítica da

população, para que esta tenha consciência de sua realidade. Pois, conforme Freire (2001), o reconhecimento verdadeiro de uma realidade leva à inserção crítica e conduz à transformação da mesma.

Assim, a mudança social, em busca da libertação dos homens, encontra-se estreitamente relacionada com a educação e sua realização é trabalho dos que a escolhem, é tarefa humanista e histórica dos oprimidos (Freire, 1989, 2001). Desta forma, devemos definir o sentido que queremos e precisamos dar à mudança, os seus sujeitos e as competências que estes devem ter para empreendê-la, bem como, de que forma conquistarão a qualidade histórica necessária para tal.

Devemos considerar que nem toda transformação pode ser considerada desenvolvimento. É preciso que o sentido da mudança se dê na busca da libertação dos homens, do *ser mais* – homem humanizado. No entanto, a “luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas ‘liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se’” (Freire, 2001, p.55). A justiça, a equidade e a solidariedade devem ser marcas do novo mundo a ser construído.

Somente será criado um novo modelo de sociedade pela iniciativa inovadora e criativa daqueles que se encontram impedidos de realizar a vocação ontológica de *ser mais*, oprimidos e explorados. “Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora?” (Freire, 2001, p.31) Não devemos esperar das classes privilegiadas a ação transformadora. Estas, mantendo suas vantagens, contra o direito comum, tem medo de perder a “liberdade” de oprimir. Portanto, é tarefa humanista e histórica dos oprimidos libertar a si e aos opressores.

Entretanto, as massas populares alienadas, manipuladas, divididas e culturalmente subjugadas e controladas não possuem a qualidade histórica para que a mudança necessária aconteça. É preciso que participem de um processo de conscientização das contradições do mundo humano, que “não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão, compromisso” (Fion, 2001, p.10). É um processo de formação da consciência crítica, “que busca os princípios causais autênticos, que testa, revisa, é livre de preconceito, repele posições acomodadas, aceita responsabilidade, é indagadora, investiga, força, choca, ama e nutre-se do diálogo e aceita o novo, assim como o velho, na medida em que são válidos” (Teles, 1992, p.17).

Desvelar o contexto em que o homem se encontra implica, necessariamente, no despertar de uma consciência crítica, que leva à práxis. Esta entendida como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2001, p.38). A consciência crítica, como reconhecimento autêntico da realidade, é essencial para a ação transformadora, uma vez que implica em inserção crítica e ação já (Freire, 2001).

Outras qualidades necessárias aos oprimidos na busca de sua emancipação referem-se às competências criativa, inovadora e participativa. Demo (1996) afirma que na busca pela equidade, as competências construtiva e participativa são fundamentais e baseiam-se na abordagem interligada da reconstrução do conhecimento e educação emancipatória, libertadora.

Fleuri (1992) afirma que “no processo educativo próprio das lutas de libertação, as decisões que direcionam a ação coletiva nascem da participação de todos. (...) o sujeito da ação coletiva e da educação não é o indivíduo, mas o conjunto de pessoas que participam do processo. Não é um sujeito individual, mas um sujeito coletivo” (p.55). Assim, pressuposto fundamental para a educação libertadora é o reconhecimento pelos seus sujeitos de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 2001, p.52).

Como práticas de libertação, “o objetivo básico dos processos educativos deve ser o de fomentar a compreensão crítica da realidade e a ação participativa para transformá-la em função das necessidades de todos” (Fleuri, 1992, p.55). É importante que nesses processos “os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão de mundo” (Freire, 2001, p.120).

A construção do sujeito coletivo ocorre através da permanente intercomunicação entre os homens, de forma co-laborativa e participativa, por meio do diálogo. A dialogicidade constitui-se essência da educação emancipatória e libertadora, por suas características de co-laboração, união, organização e síntese cultural nas relações humanas (Freire, 2001).

Considerando que a educação tem um papel primordial na história humana e na luta por sua transformação (Gadotti, 1982, 1998), é essencial a valorização do sujeito coletivo em sua construção e vivência. Pois, “não é o homem ao singular que irá operar a transformação. É o homem tomado coletivamente. (...) não é o homem que transforma, que faz a história, mas a massa de homens, isto é, os homens juntos” (Gadotti, 1982, p.68).

Cabe aos explorados e oprimidos, fundados em uma educação libertadora, mudar a estrutura da sociedade que os desumaniza. É necessária uma educação que contribua para o desenvolvimento de relações participativas e críticas que favoreçam a organização popular em suas lutas por libertação (Fleuri, 1992).

O *Movimento dos Sem Terra* tem sido exemplar na luta por seus direitos, na construção de uma cidadania verdadeiramente emancipatória. Resistentes contra a exploração e a opressão, têm buscado estratégias de organização na procura de liberdade, justiça e equidade entre os homens.

É preciso integrar esforços a estas lutas, co-laborando na construção de trabalhos educativos que impliquem numa práxis cada vez mais lúcida, consciente e comprometida dos oprimidos em vista da transformação social.

A enfermagem, realizando educação para a saúde, deve primar pela mudança, em detrimento dos processos educativos conservadores e domesticadores, desenvolvendo processos efetivamente dialógicos e libertadores. Assim, Freire constitui-se um dos referenciais teóricos básicos para o quefazer pedagógico em saúde.

Acreditemos que um outro mundo é possível e urgente e devolvamos a esperança aos homens de que a felicidade está ao alcance de todos e depende da luta deles, sujeitos da história: este é o nosso compromisso enquanto pessoas que possuem utopias e desejam caminhar para alcançá-las.

Reforçada a consciência de que a mudança da injusta realidade em que vivemos é possível e depende dos homens, seres históricos, não podemos mais nos eximir da luta esperançosa e crítica pela transformação humanizadora da enfermagem, da saúde, do mundo. Devemos ser seres responsáveis e comprometidos com a nossa sociedade, com a natureza, com o universo. Problematizemos o nosso “estar no mundo” para que se torne um “ser com o mundo” e estaremos imortalizando Paulo Freire e sua obra.

Bibliografia

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza**: desenvolvimento como oportunidade. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

FION, Ernani Maria. Aprenda a dizer sua palavra. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 30.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 15.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 30.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo; FREI BETTO. **Essa escola chamada vida**: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 5.ed. São Paulo: Ática, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educar para quê?** – contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 6.ed. São Paulo: Cortez; Uberlândia, MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 3.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

_____. **Pedagogia da práxis**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998.

MACLAREN, Peter; LEONARD, Peter; GADOTTI, Moacir et al.. **Paulo Freire**: poder, desejos e memórias de libertação. Traduzido por Márcia Moraes. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório final da VIII Conferência Nacional da Saúde. 1986.

NETO, Luiz Bezerra. **Sem-terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Educação**: a revolução necessária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.